

O INTELLECTUAL E O POLÍTICO

NELSON SALDANHA

SUMÁRIO: 1 — Bases do tema, 2 — Reconhecimento dos tipos e áreas de atuação. 3 — Caracterização respectiva. 4 — Relações recíprocas.

"Intra tutti gli uomini laudati, sono i laudatissimi quelli che sono stati capi e ordinatori delle religioni. Appresso, dipoi, quelli che hanno fondato o repubbliche o regni. Dopo a costoro sono celebri quelli che, preposti agli eserciti, hanno ampliato o il regno loro, o quello della patria. A questi si aggiungono gli uomini literati." (MACCHIAVELLI, *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio*, VI, 1).

I

Eis o conselho do velho cura ao jovem Julien, no capítulo VIII da primeira parte de *Le Rouge et le Noir*:

"Se você tratar de cortejar os poderosos, sua perda eterna está assegurada. Você pode fazer fortuna, mas precisará prejudicar os miseráveis, adular o sub-prefeito, o prefeito, o homem considerado, e servir às paixões: esta conduta, que no mundo se chama savoir-vivre, pode para um leigo não ser incompatível com a salvação; mas em nosso estado é necessário optar: trata-se de fazer fortuna neste mundo ou no outro, não há meio termo".

A advertência do personagem stendhaliano se dirigia a um candidato ao clero, mas nela se pode ver uma caracterização da "atitude" política, retratada naquela carreira do mundo. A perda, para o que se volta aos valores eternos, estaria na entrega à fortuna dos homens; do mesmo modo, o dedicar-se ao afã de acompanhar os poderosos exigiria o abandono das preocupações com a transcendência.

O dilema pode (inclusive em relação ao contexto do romance citado) ser generalizado como escolha entre uns e outros dentre os tipos de valores que dão sentido à vida humana. No caso, vamos tomá-lo para introduzir o tema das relações

entre a vida *política* e a vida *intelectual*, considerando-as assinaladas respectivamente pela referência ao valor poder e ao valor cultura.

* * *

Antes de tudo não se atribua ao “intelectual” o privilégio do que se chama de *inteligência*. Procuremos, em vez disso, detectar o tipo de inteligência que é desenvolvida pelo político, — partindo-se, é claro, da idéia de que há diferentes espécies de inteligência, ou de que ela ao menos tem variantes.

A inteligência que tipicamente corresponde ao “político” (não nos restringimos aqui ao “grande político”, do qual ORTEGA, em seu *Mirabeau ou o político*, diz ser sempre o mesmo tipo inclusive biológico de homem) se apresenta em planos e oportunidades especiais: ordinariamente, considera-se o político como inteligente, mais pelos atos (ou pelos resultados dos atos), do que pelas palavras e mesmo pelas idéias; pelas idéias sim, no caso de estarem ligadas aos atos, ou no caso de o julgamento desdobrar o político em “estadista” ou em “pensador”, categorias — sobretudo a última — um tanto à parte. Por outro lado, a inteligência do político provém de fatores peculiares, entre os quais se alinham: em primeiro lugar, uma experiência específica, ou seja, um “treinamento” nas práticas que compõem a vida política e nas relações que configuram o mundo político; em segundo lugar, os contactos com o interior das instituições, por assim dizer, ou seja, o conhecimento do funcionamento dos órgãos em sua intimidade (incluindo aí o que a linguagem comum chama “bastidores”); em terceiro, o hábito do poder.

Disse que provém desses fatores, mas diria melhor afirmando que tais condições são fatores que “desenvolvem” a inteligência do político. O hábito do poder, por exemplo, é um fator que não se pode bagatelizar: a duração do mando, ou, sociologicamente, a demorada partilha das posições dominantes, ajuda em larga escala a afiar o espírito.

Este elemento, a vivência do poder, é de certo modo ocasional, vez que — sobretudo desde que em política passou a existir isso que se denomina oposição — o político pode ou não estar do lado de cima.

Tomando-se entretanto a *posição* social do político como um modelo relacionado com os fatores aludidos, tem-se um padrão para compreender, como decorrência, o seu *modo de ver a sociedade e a cultura*. Ele as vê de dentro de seu prisma, como um campo ofertado à atuação de suas potencialidades, como um quadro onde todos os elementos deverão entender-se em função dos valores ou das tendências que pretende concretizar.

* * *

Vejamos, para o intelectual, algumas situações em plano histórico.

Ele aparece quase sempre dominado pelo político. Dir-se-á que é natural, “dominar” é coisa política. São situações, neste sentido, a condição dos rapsodos gregos e dos poetas bárbaros, a dos trovadores medievais e a dos artistas da renascença; a dos literatos romanos, dependendo de Mecenas para ter uma granja e a de Diderot vendendo sua biblioteca à rainha da Rússia para dar dote à filha. Por sua vez, muitos pensadores dos séculos XVIII e XIX começaram a vida como melancólicos “preceptores” de filhos de ricos. Naquela situação, puderam aqueles melancólicos criar grandes coisas, esboçar seus livros e seus sistemas. O ponto de vista tradicional, “edificante” costumava dizer: que grandes espíritos, que nobres vocações. O fato porém, para a crítica mais exigente, será este: a *pessoa* deles estava subordinada à de homens que, no sistema social vigente, detinham, ou o poder formalmente, ou as vantagens correlatas a ele: eram os poderosos.

É verdade que, na França dos Enciclopedistas, o prestígio social dos intelectuais foi grande: é observação de JULIAN MARIAS em seu ensaio “El intelectual y su mundo”. Mas note-se: isso era assim, no caso de um certo grupo de intelectuais ligado *malgré-tout* a estruturas oficiais, e geralmente possuidores de alguma *aisance* financeira.

Do ponto de vista de uma teoria da cultura e do poder, o que se vê na índole desses casos é a intelectualidade como serva (algo como o espírito subordinado à matéria, mas não vamos por aí), o saber servindo ao poder. Este tema levaria a uma concepção radical do intelectual como ingenuamente oposto ao

poderoso, e da vida cultural como expressão de ausência de poder; seria o caso de entender a arte (sugeri-o eu num artigo de jornal há muito tempo, em 17.IX.1957) como manifestação de miséria, miséria no sentido um tanto pascaliano de ausência de poder, e através da arte, que é talvez a atividade “intelectual” primigênia, considerar tôda forma de vida especificamente cultural como dependência em face do poder. Dependência compensada, resignada ou rebelde. O que pode, o que domina a vida social, não “precisa” fazer arte nem estudar coisas: isto desde as chefias iniciais.

De qualquer modo, todo mundo sabe que o intelectual, embora esteja como tal fóra das atividades “materiais”, necessita viver; necessita consumir. Não falo aqui, ainda, no fato de que nas sociedades organizadas e evoluidas o labor cultural demanda verbas e patrimônios: falo da contingência vital do homem dito de letras.

A sociedade, então, assume o seu problema, ao menos à proporção em que surgem as profissões e surge a consciência ou semiconsciência social da divisão do trabalho. Como, porém, a “sociedade” não tarda a ser o “governo”, ou a representar-se nêle, e como o governo — tal como a sociedade — é em suma o poder, dá-se que o político vai fazer viver o intelectual: o político é quem tem o domínio das efetivas disponibilidades oficiais. O homem do saber apela, implicitamente quando nada, para o homem do poder.

O “homem do saber” não é entretanto um ente isolado, é uma categoria social. Daí, sua necessidade de viver tornar-se um problema dentro da organização dos grupos humanos. Êste problema, se puxado, nos levaria ao da origem e papel das “instituições culturais”, que configuram a passagem da atividade intelectual a coisa socialmente considerada.

ORTEGA, em seu célebre ensaio “Missão da Universidade”, registrou que a cultura humana é o que põe a vida acima do nível de naufrágio físico, e que a missão das instituições culturais — a Universidade à testa — é colocar o homem “culto” à altura das idéias do tempo. O que não significa que a condução das idéias tenha sido feita sempre, mesmo no Ocidente, dentro dos marcos universitários; muitas vezes deu-se o con-

trário, e isso JULIAN MARIAS, no já mencionado escrito, anotou frisantemente.

Há porém um aspecto importante, no caso dos povos *soi-disant* modernos. Com o predomínio do liberalismo, que trazia a redução do papel do Estado, a “cultura” foi sendo encarada como processo que devia ser independente do Estado — ou, generalizando, da política. E isso gerou uma série de conceitos e preconceitos em torno da cultura: sua pureza, seu valor maior, sua sublimidade. Mais recentemente, contudo, vieram (em outro sentido) novas ondas de intervenção do poder e do Estado sobre a vida intelectual, de envolta com teorias que dão à cultura como conjunto global onde a “política” se inclui. Com o que o problema volta, o da convivência entre as duas coisas. Há uma série de versões desta convivência (que não falta quem diga forçada) entre poder e inteligência: a versão bolchevista, a fascista, e também a oficialização da ciência social nas Universidades norteamericanas onde a CIA mantém permanente ingerência, selecionando temas de pesquisas e condicionando conclusões. Certos sociólogos-do-conhecimento já têm afirmado que no mundo atual o saber se acha *cativo* das forças que dominam a sociedade.

* * *

Quanto ao tipo de inteligência desenvolvido pelo intelectual, êle necessariamente está caracterizado pela valorização maior dos componentes estritamente culturais. Isso vendo-se o intelectual como tipo puro; na medida em que assume posições outras, êle accede a outros valores, aos políticos, por exemplo, se se trata de um intelectual que — na linguagem de hoje — se “engaja”.

Talvez se possa encontrar, na mentalidade do intelectual que não tenha saído de sua condição restrita, uma dose de ressentimento (possivelmente inconsciente) contra o poder, dose através da qual se define o seu *modo de ver a sociedade*.

I I

Agora um reconhecimento dos respectivos “habitats”. E também uma pequena parada para perguntar pelos conceitos. Que é intelectual, e que é político?

Uma das contribuições tornadas clássicas a respeito foi a de SPRANGER, que em seu notável livro "Formas de vida" traçou o perfil tipificado do homem teórico, do político, do econômico, do religioso, do estético e do social. Para SPRANGER, cada um desses padrões vitais se caracterizaria pela adesão a um valor preferido, com correlativas decorrências éticas e psíquicas. O homem teórico, no caso — que é, sublinhe-se, como os outros, um tipo ideal — é o que tem por meta a *verdade*, enquanto o político se acha siderado pelo *poder*.

Deixaremos de lado, neste esboço, a importante contribuição de CARL SCHMITT sobre o político, bem como as contribuições magistrais de MAX WEBER sobre as "vocações" do político e do cientista. Para o que nos interessa, o esquema de SPRANGER é útil, mais ainda, é orientador. Entretanto, não precisamos distinguir tão nitidamente entre o seu homem "teórico" (teórico) e o "estético", embora seja o primeiro o que mais evidentemente encarna a figura do chamado intelectual.

Estamos tratando, portanto, com duas deliberadas abstrações, que porém são reconhecíveis por todo mundo. Estamos chamando de político ao homem que vive em torno do poder, procurando-o, exercendo-o ou acompanhando-o (combatê-lo se inclui em tudo isso), e que situa o significado de sua vida na participação no mando ou na posse de posições oficiais. Por intelectual, estamos entendendo o homem que se ocupa, ou preocupa, basicamente, com o saber, com as chamadas genericamente letras ou com o denominado objetivamente espírito, e que cifra o mérito maior de sua vida na fruição das idéias, no debate em plano teórico ou na atuação pedagógica.

* * *

O político típico, inclusive o que carrega o título de representante do povo, costuma colocar-se, desde o começo de suas lides específicas, em posição de superioridade, posição de quem "pode fazer certas coisas". É de crer que nos países ditos subdesenvolvidos essa nota seja mais grave (ou mais aguda).

Vejam-se as origens. A origem da *carreira* do intelectual

pode dar-se de vários modos: escritor de jornal, poeta sem livro, professor incipiente; a idéia da precariedade econômica, mesmo descontando-se a aura romântica que forçou os contornos para o caso (miséria dourada, gênio sem pão, etc.), é uma constante, a não ser que o literato já tenha desde o início amparos financeiros, que não correspondem à condição literária mas a outros lados de sua vida. Origem da *carreira* do político: assessoramento junto a um chefe, grande ou pequeno, eleição decorrente de parentesco ou de amparo de patrono prestigioso, enfim partilhamento da "ambiência" de poder que cerca os políticos "realizados" ou a dose de influência real que estes exercem — incluindo a utilização (na sociedade capitalista sobretudo) de condutos econômicos.

De certo modo a "procedência" do político não altera essencialmente sua caracterização posterior: ele pode vir da imprensa, da indústria ou da injunção familiar, e assumirá sempre certas atitudes, em relação às quais há variantes oriundas de circunstância ou temperamento. É verdade, talvez, que o político em "oposição" se aproxima um pouco da condição do intelectual, na medida em que, afastado do mando, se vale da crítica e parte para a análise ou o "estudo" da situação; o político situacionista, no caso, se acha então mais afastado do intelectual. Isto entretanto é, quando muito, um lado apenas do tema. Na verdade, as posições de todos os políticos se assemelham muito mais do que com a do intelectual. Mencionei atrás a habitual sensação de "superioridade" que afeta o político (e que às vezes é instintiva, e em certos casos se agrava por uma arrogância inconfundível): esta sensação traduz a condição do homem cuja definição vital se refere ao poder.

* * *

Voltando aos "habitats", poderíamos situar o político nos diversos locais em que residem as significações da vida política: o político do palácio, o político do parlamento. E isto equivalendo a mencionar o executivo e o legislativo, já que o poder judicial sempre foi em geral o menos político. MONTESQUIEU dizia que o judiciário às vezes se torna "de certo modo nulo". Político de palácio faz entender sempre polí-

tico de situação — salvo exceções; político de parlamento pode ser de situação ou de oposição.

Seria cabível, do ponto de olhada psicológico, estudar a influência dêste condicionamento — o estar no palácio ou no legislativo — sobre o comportamento do político, incluindo-se aí o seu vocabulário, o seu estilo de vida e mesmo o sentido de seu trabalho. Um político de um mesmo partido que outro dá sentido diferente ao que faz, se aquêle está na câmara e êste no ministério.

Quanto ao intelectual, o número de faixas ou setores em que o tipo se realiza é muito grande: o rótulo (às vezes é apenas rótulo mesmo) de intelectual corresponde ao que trabalha no magistério, no jornalismo, na cena, no gabinete, no laboratório. A amplitude do que se chama de vida intelectual é enorme: ela equivale à amplitude da vida “cultural”, ao menos no sentido digamos mais “autoconsciente” da vida cultural. Por isso a alusão ao *intelectual*, feita aqui, procura captar uma configuração que tenha denominador comum para tôdas aquelas faixas, e ao mesmo tempo evite evaporar o conceito por excesso de abstração.

Cada um dos “modos” de ser do intelectual tem sua especial relação com o conjunto da sociedade, incluindo-se aí, é claro, as estruturas onde entra o poder. E, na medida em que aquêles modos são profissões, êles condicionam especiais variantes, especiais angulações, dentro da forma pela qual o intelectual costuma encarar mundo e sociedade. O “sábio” vê a sociedade desde seu prisma, onde primam os valores ditos teóricos, mas nem sempre tais valores determinam positivamente a imagem da vida que êle tem (o sábio pode eventualmente ser um cínico ou um hipócrita, a não ser que se restrinja o conceito de sábio no sentido ético que o ideal dos antigos deu a essa idéia). Além disso o sábio, que partilha *alguns* dos valores teóricos com o jornalista ou o professor de biologia, não partilha todos; o diretor de cinema — cujo papel no movimento intelectual é hoje tão grande — pode por sua vez ter algo em comum com o pianista ou o historiador, quanto ao conteúdo do que sabe ou do que pensa, mas êle dá, ao que sabe e ao que pensa, uma formulação perfeitamente diversa.

Agora, não se deve reduzir as relações entre o político e o intelectual a um quadro de distinções entre *poder* e *inteligência*, sem mais aquela. Em primeiro lugar, a inteligência do intelectual é apenas um caso de inteligência (embora lhe caiba com mais direito a pretensão de autoconhecimento e auto-crítica); a inteligência humana, todos o sabem, é uma forma de adaptação e criação cheia de variáveis e planos. Em segundo lugar, o político pode sem dúvida ser apontado como um caso de inteligência prática. Mas também não vamos dar o intelectual como o “sempre teórico” e o político como o “sempre prático”, pois aí haveria outros equívocos a ser prevenidos ou mediados.

Seria uma tentação contrapor a inteligência ao poder, e portanto opôr ao poder a cultura e os valores do espírito. Quando TOMÁS DE AQUINO, no comentário ao livro de Jó (8,1), dizia que a justiça vive ameaçada por duas coisas, a falsa prudência do sábio e a violência do poderoso, implicava em sua frase uma separação entre a eticidade da condição do sábio (falível embora) e a do homem que pode.

Tentação seria igualmente juntar, à idéia de inteligência — como *também* contrária ao poder — a idéia de pureza moral, ou melhor, dos valores ligados à pureza moral, tais como retidão, desinteresse, humildade, modéstia. Diga-se de passagem (mesmo porque toda tentação tem sempre um rastro de necessidade), que a junção teria em certos casos uma parcela de procedência.

Trata-se de, por exemplo, concentrar, em valores éticamente preciosos como a modéstia ou a humildade (estamos, é claro, utilizando as tábuas da moral cristã mais ou menos enraizada no ocidente), os pontos de referência que se vinculam à “intelectualidade”. Sendo o poder ostentação e soberba, à “intelectualidade”. Sendo o poder ostentação e soberba, tudo aquilo seria o seu oposto; o intelectual verdadeiro seria simples, socialmente recatado. Generalização errônea. Do modo como se conduzem as coisas, ao menos em muitos aspectos da história das culturas, o que se vê frequentemente é o poder propiciando a atividade cultural. Não se discuta agora sobre a “conveniência” disso, ou sobre o preço disso e suas variadas

formas. A situação correspondente à humildade nem sempre é a da vida intelectual em sua grandeza: ninguém consegue ser pobre, ou puro no sentido ascético, e levar vida intelectual de alto porte. A coisa pode ser viável em tese, e até devida em princípio, mas na realidade é difícil, pois a vida intelectual plena exige hoje um domínio de fontes e um mínimo de condições existenciais que negam aquêles ascetismos. Fóra (ou abaixo) de tais condições existenciais, o labor intelectual terá de ser marginalizado, truncado ou esporádico.

Há portanto, frequentemente, vinculações *positivas* entre o poder (traduzido, já se vê, em disponibilidades materiais na sociedade) e a vida intelectual.

O que ocorre, sejamos realistas, é que nem sempre o ponto de vista intelectual consegue identificar-se com o poder; então, êle se transforma em ponto de vista ético. Poderíamos então dizer, arriscando um pouco, que a ética é sempre um ponto de vista intelectual que ficou fora das atividades do poder. Talvez coubesse portanto um pouco de razão a NIETZSCHE ao falar nas éticas de derrotados como “pensamento ressentido” e como necessitadas de uma crítica descontadora (mas não ao recusá-las e repudiá-las inteiramente). A transformação do ponto de vista intelectual em ponto de vista ético significaria certamente uma reversibilidade, e explicaria inclusive a tentação de que viemos falando — de opôr ao poder, ao lado da intelectualidade, os méritos ascéticos da ética.

Não quer dizer que o poder seja sempre antiético. Nem que não esteja muitas vezes acompanhado de apoios éticos: os absolutismos frequentemente têm justificação em algum princípio, tanto na Mongólia como nas Arábias. O que vai dito é que a origem do ponto de vista ético parece mais característica quando se dá fóra da área de participação no poder, e é neste caso que a sua dimensão intelectual se torna mais patente. A ética — ou “alguma” ética — pode estar unida ao poder, mas neste caso o que acontece é isso: a alegação ética se vale de elementos formados do tempo de sua gênese. Ou por outra: antes, quando desligada do poder, a “consciência” intelectual, voltando-se para a estimação das situações práticas, se faz reclamação ética; se, depois, o ponto de vista que representa tor-

na-se dominante, e se põe no poder, são os elementos da crítica anterior que agora “valem” na justificação.

Há aqui algo da distinção de MAHNHEIM entre ideologia e utopia, que poderíamos trasladar expressamente e dizer “ética ideológica” é “ética utópica”. É possível, entretanto, que toda ética seja utópica; na própria virada do pensamento, para o prisma ético, já se percebe algo de utópico.

III

A ciência social costuma considerar o político como o *homem do poder*. Isto já foi mencionado acima. Mas, como o “poder”, designado sem maior explicação, constitui um fenómeno social, torna-se necessário deslindar qual o tipo de poder que corresponde ao político, já que existem o poder econômico, o poder militar, o poder espiritual. E como a palavra “político”, vindo de *polis*, designa também as versões modernas da vida institucional e governamental que entram na posterioridade histórica das formas clássicas, então sucede o termo “político”, antes mesmo de significar o homem que faz política, é alusivo às realidades estatais e sociais em que a atividade de tal homem se insere. Consequência: o poder, que cabe ao homem político, é o poder... político. Em outras palavras, define-se o “homem político” em função do mundo de relações em que êle se caracteriza, mais do que vice-versa.

Aparentemente, o poder político se confunde com todas as formas do poder público, do poder que existe como dominação organizada, diante e sobre as existências privadas.

À análise adequada, todavia, o poder *strictu sensu* político se distingue do poder estatal (êle pode ser estatal ou não); distingue-se, ainda, do poder de coação, do poder que a força oficializada faz exercer — o poder policial fundado em uma competência que nos Estados modernos reside no “executivo”. Distingue-se, por outro lado, do poder jurídico. É um poder, o político, decorrente da (ou consistente na) “aptidão de fazer”, a “disponibilidade de oportunidades”, enfim de uma operatividade ampla em relação a cargos e a relações, que dá, ao homem que possui, uma carga de “prestígio”. Este prestígio é justamente usado para reforçar aquela aptidão de fazer.

Com as mesmas pinças poderemos evitar a confusão entre o poder político e o poder do político (o que nem sempre cabe, entretanto): bem assim, distinguir a política do poder, a política “no” poder e ainda a política pelo poder. Trata-se aí de ver, num caso, formas de gestão e conservação, noutro, luta e tentativa.

Quando alguém, que exerce profissão liberal, se elege deputado ou coisa parecida, as pessoas dizem que o fulano se tornou importante, ou que “subiu”. Nem sempre a entrada na política, porém, significa formalmente vantagem financeira, de modo que o consenso em torno de sua “subida” se refere a outro aspecto. As pessoas pressentem que o sujeito agora partilha o poder. A atitude política, neste sentido de busca do poder e de “subida” efetiva ou intencional, é de certo modo, então, a atitude mais “natural” na sociedade, ao menos enquanto se tratar de uma sociedade regida pelo poder. É a atitude que muita gente gostaria de assumir se tivesse ânimo; é a atitude que traz formalmente maior “destaque” social e materialmente maiores vantagens, ou ao menos vantagens grandes.

* * *

Certo que o intelectual possui também um poder, o *poder de dizer*. É possível, inclusive, dar à coisa um toque metafísico e dizer que ele é o homem do pensar, é o homem dos *logos*, e que seu valor primaz, a verdade, constitui o ápice dos significados de quanto o homem cuida. Pode-se, ainda, contrapor o poder de dizer ao poder de fazer, como um poder igualmente importante.

Mas isso, por uma parte, é tomar a dicotomia entre teorismo e praticismo para situar a relação entre o intelectual e o político, e essa dicotomia não resolve plenamente a relação. Por outra parte, há aí uma petição de princípio ou o que o valha: estar-se-ia partindo do intelectualismo toda vez que se quizesse ver a verdade (onde ancoraria o mérito do intelectual sob determinado prisma) como ápice dos significados humanos.

O poder de dizer — ou o de pensar — é algo que, diante

das efetividades de que o “poderoso” dispõe, se apresenta como um tanto aéreo, um tanto volátil, e meio “inventado”.

Os homens reconhecem o valor das idéias e dos ideais, mas notam mais “realidade” numa luta política ou político-militar do que num combate doutrinário. São, nisso, demasiado humanos.

* * *

Com isso se liga uma outra forma de conceber ou caracterizar o político: como “homem de ação”. O homem dito de ação não é *ipso facto* político, mas o político costuma ser tido e havido como ativo. Por este ângulo retomariamos a sugestão, já aparecida, de definir o político como encarnação da prática e o intelectual como a configuração viva da teoria; mas aqui como outro acento. A “prática”, para o político, não é genericamente o *agir* dos filósofos tradicionais; é um sistema de estratégias e dextrezas que dão a teia de um riscado específico.

A “teoria” para o intelectual, por sua vez, não é ou não deve ser meramente abstrata, quase diríamos: não deve ser mera teoria. Reduzir o intelectual a um puro lucubrador é fazê-lo incorrer em algo pior do que aquilo que ORTEGA condenou ao falar da “beateria da cultura”. A teoria deve ser companheira da vida, afazer vital, ligado às realidades e às situações.

O riscado específico da *ação* do político inclui, caracteristicamente, uma certa “luta por designações”, com planos diversos e encontrável tanto nos regimes capitalistas quanto nos socialistas.

Como “homem de ação”, e tal como os outros espécimes desse gênero, o político tem de conceder uma importância muito grande às exterioridades sociais. Precisa de uma constante atualização “cultural” (cultura vai aqui em sentido largo), incluindo modernizações de moda e vocabulário, que lhe chegam pelo permanente atrito das pequenas transformações da vida social no nível em que ele atua. Evidentemente isso varia por conta de temperamento e outros fatores; há políticos casmuros e insensíveis aos modismos. A tendência do-

minante, contudo, é a de configurar o político, como pessoa, um modelo para cujo desenho — e seguido remonte — contribuem a imprensa, as relações públicas e a pressão dos standards sociais.

* * *

Tomando o político como titular da atitude que os olhos do homem comum consideram mais natural (fazer-se, subir, ganhar poder), pode-se ver quão difícil é, para o homem visceralmente político, compreender a posição dos chamados a-políticos.

Valho-me outra vez de *Le Rouge et le Noir*. No capítulo I da segunda parte um personagem, em conversa de viagem, se recusa a interessar pela política: inútil esperar que as coisas melhorem, sempre as ambições são as mesmas, sempre o povo será enganado, todos quererão as vantagens que o poder assegura (as vantagens de conduzir o “navio do Estado”).

A atitude “a-política” e, em princípio, excepcional. O esperável é que a consciência humana se interesse pela crítica da organização social em que se vive. Disse acima que o apolítico custa a ser entendido pelo político visceral, o que faz da política razão de suas razões, o político “com p pequeno” como se diz. Mas também ao político em sentido mais alto, o político como preocupado pelos ideais societários e pelo “bem comum”, também a este deve sor desafinado a alegação do indiferente à política: não é normal, salvo no caso de insuficiente educação, que não afetem a um homem as mazelas de sua comunidade ou as opções que a toda hora se impõem; não é normal que um homem renuncie ao lado socio-político de sua consciência e de sua existência. Isso é assim mais ainda desde o advento das democracias liberais contemporâneas, em que a discussão se tornou regra permanente do jogo político, e em que a vontade de cada um — foi a grande revelação de ROUSSEAU — teve de se reconhecer como participante de uma problemática “geral”.

O apolítico, o mais das vezes, faz blague, dissimula opiniões, ou faz da indiferença declarada uma máscara que esconde a aceitação do estado de coisas vigente. O apolítico, se existe, é o antípoda do utopista.

Tipo de trabalho do intelectual. Na verdade há grande variedade de pessoas cuja tarefa, no conjunto de processos chamado sociologicamente, cultura, pode aspirar ao título de “intelectual”. Sob esse aspecto, o intelectual é um gênero com espécies mais diferenciadas do que as do político.

Històricamente, a imagem que o intelectual faz de si mesmo tem variado, e não é em tôdas as épocas que ele se põe a perguntar pelo seu próprio papel na sociedade.

Como isto não é um estudo de sociologia do conhecimento nem da literatura, e sim uma tentativa de situar o intelectual e o político, como tipos, em suas posições no contexto cultural, não vamos indagar sobre o condicionamento material do labor do homem de letras, nem sobre o intercâmbio de influências entre coisas ditas e condições existentes.

Nosso problema, chegando a este ponto, é procurar um denominador comum que dê sentido uniforme à idéia de um “trabalho intelectual”, ou então um feixe de formas que compoñham ou encarnem essa idéia.

De um ponto de vista gravemente marxista, ANTONIO GRAMSCI colocou o problema da necessidade de criação de uma “ordem intelectual”, ao lado da ordem pública, mostrando que não se pode pensar em organização social sem elites intelectuais devidamente formadas.

JULIAN MARIAS, por seu turno, com método mais alegre (e, para muitos, mais superficial), mencionou a passagem histórica do uso do termo “república das letras”, que era clássico, ao uso da palavra “intelectuais”, de timbre mais moderno; para ele, o advento do novo termo corresponde intimamente a uns tantos equívocos. Aliás, em outro escrito que não o já citado (e agora menciono “O ofício do pensamento”), MARIAS anotou um fato de funda importância: o intelectual de hoje, diz ele (dizia em 1957), faz tantas coisas — exerce cargos, dá entrevistas, faz sociedade, toma parte em política — que dá a impressão de não ter tempo para pensar, e o tempo de pensar é obviamente imprescindível para o intelectual.

O tema da inserção do intelectual na sociedade, amplo tema que não é bem o deste escrito, tem sido ultimamente muito

explorado nos estudos dos críticos literários e sociólogos. Uma coisa nota-se, se não nos enganamos, entre as constantes destes estudos: a suposição de um papel *próprio* para o intelectual na sociedade.

* * *

Para o esforço de captar o sentido da atividade chamada intelectual, será necessário verificar quais valores peculiares servem de critério para qualificá-lo e estimá-lo. Diante dos que caracterizam outras atividades, tais valores forçosamente aparecerão como *abstratos*. Trata-se do “significado” de uma obra; da “mensagem” de uma peça; do estilo, da expressão, entidades que só um interesse específico e “simpatético” poderá conceber. Em certos casos, o que se toma por critério são coisas mais especiais ainda, — é a profundidade, é a erudição. Não se pode oferecer a profundidade como critério qualificador de toda obra intelectual, nem aplicar o título de erudito para medir todos os méritos intelectuais, é evidente. De qualquer maneira, o trabalho intelectual envolve de ordinário a elaboração de elementos cujo preço depende da correlativa disposição (e formação) do espírito das pessoas.

Isto é: somente um determinado *habitus* permite que se tome interesse pela música sinfônica ou pelas geometrias não-euclidianas; somente algumas pessoas se disporão a valorizar o fato de um cientista ter descoberto o plancton. Haverá quem retruque que também se carece de predisposição e de formação para viver os problemas políticos. Mas é que estes cercam o indivíduo, e a formação no caso é mais generalizada. A não ser — o que aliás é muito importante — que se aceite o tema em sua formulação socrático-platônica: se para o exercício de qualquer arte faz falta uma técnica, e decorrentemente um aprendizado, porque a arte política se exerce sem o preparo devido?

Na verdade, o “exercício” da arte política na Grécia daqueles tempos era uma coisa; outra hoje. E mais ainda, um caso é o do preparo para “fazer” política, outro é o da formação da aptidão para julgar de política. Esta última se faz, nas sociedades modernas ao menos, de modo muito mais

amplo do que o processo de formação da “receptividade” aos valores de vida intelectual.

As estimações e os questionamentos que enchem a atividade chamada intelectual correspondem a atitudes em que se isola o objeto, seja quadro, seja doutrina, seja poema. A pergunta pela beleza de uma tela ou pela sua relação com o existente, a indagação sobre se determinada teoria é empirista ou apriorista, são problemas em que, em princípio ao menos, está suspensa a montagem do objeto questionado sobre o real (real aqui quer dizer o conjunto da realidade globalmente vivida).

De certo modo, a problemática que faz a vida do político isola menos os pontos a discutir da realidade.

Daí o político sentir-se mais “realista”, e ver o intelectual como “menos prático”, o que, levado aos extremos, iria dar no paradoxo de NIETZSCHE: o homem que pensa é um animal doente. Da parte do intelectual, se poderia certamente responder que ele é quem pode apreender e compreender os significados da existência, etc. Mas isto aqui não é propriamente um desafio entre o político e o intelectual.

* * *

Na distinção entre o homem de letras e o homem de Estado — formas meio antiquadas de aludir aos tipos de que estamos tratando —, seria cabível, ainda, tentar a caracterização do primeiro pelo subjetivismo e do segundo pelo objetivismo. A ser assim, o intelectual traria em sua condição a marca do personalismo emocional ou mesmo do egocentrismo; na realidade, a presença de motivações muito pessoais em certas obras (de arte sobretudo) dá a razão de ser de semelhante modo de pensar.

Mas também este critério é falho. Não se pode afirmar que o político seja sempre objetivo, muito menos sempre im-pessoal, nem que o intelectual careça de objetividade (principalmente entre cientistas etc.) ou que seja sempre portador de egomania.

Pode-se, evidente, dizer que nas obras intelectuais autenticamente grandes se encontra a revelação da personalidade do

autor; que o estilo é o homem; que Esquilo “está” em suas tragédias. Mas isto é outra coisa. O político que tiver também obras marcantes terá pôsto seu sêlo nelas.

* * *

O *modo de atuar* do político e o do intelectual podem ser diferenciados mais ao vivo, no caso de se darem a ambos situações correlatas. A pergunta por valores políticos, por exemplo, tira do político ponderações de outra sorte que as do intelectual. Discutir, para o político, não é o mesmo que para o intelectual.

Entraria aqui, se desse para tentá-la, uma análise das *mentalidades* política e intelectual. De logo, mentalidade política não é a rigor o mesmo que mentalidade-de-político, no sentido que o povo dá à palavra “político”. A mentalidade política, mentalidade em que a coisa política serve de chave central, está sempre de fato referida ao poder.

Se se trata de uma questão legislativa, a posição do político vai preocupar-se com os efeitos partidários, com as vantagens ou desvantagens em relação aos eleitores e aos outros detentores de poder que ocupam a estrutura vigente. Não lhe é usual assumir uma perspectiva estritamente teórica. O problema para ele é sempre ligado a uma regulamentação de resultados, a uma administração de disponibilidades e faixas de atuação. Para o teórico, no caso o intelectual, o prisma é o das estruturas e do princípios, e ao pensar em efeitos ele tem em mira alguma concepção da sociedade, que com frequência foi formada em leituras e assumiu consistência ideológica ou para-ideológica.

Para o político, de certo modo, uma ideologia é um instrumento, quando muito uma rota a utilizar. Para o intelectual é um conteúdo da existência, senão uma razão de ser. A não ser que o político tenha assumido em parte feição intelectual: aí ele vai além da instrumentalidade.

* * *

Agora, uma anotação mais insólita. A tentativa metodológica de desligar os dois conceitos, o intelectual e o político,

lembra a rever certos aspectos da gênese das situações culturais com que se lida habitualmente. Ficou dito, acima, que a ética parece ser, em origem, um reclamo do espírito diante do poder com que ainda não se fundiu. Mencionamos também a hipótese de ter a própria vida intelectual surgido como forma de agradar ao poder, ao menos no caso de ter ela surgido a partir da arte, e de ter sido a arte originária um histrionismo, uma dissipação que os titulares do poder se dispensavam de cumprir e gostavam de apreciar. Ou, parodiando Shaw: quem pode faz, quem não pode conta.

Pois, do mesmo modo, a atitude intelectual, como forma de exercer a existência ou de aplicar aptidões, parece que começa a ter vigência mais ampla quando se cuida de justificar situações e atitudes. Justificar uma situação ou atitude consiste em alegar motivos, trazer razões, considerar o problema de a coisa poder ter sido outra, levar em conta uma “opinião” latentemente contrária ou favorável e portanto cortejar um julgamento estimador. Em princípio — e tanto no “princípio” genético quanto teoricamente falando —, a posição do que pode dispensar o esforço de justificar-se, é uma posição por assim dizer pré-intelectual. Corresponde ao senhor que domina, ao chefe primitivo, ao terratenente que faz e desfaz. A tomarmos para uso a idéia hegeliana de uma dialética de senhor e escravo, acrescentaríamos: toda passagem a um segundo momento vai esperar que surjam alegações, as posições iniciais não precisam justificar-se.

Por si mesmo, o poder não se obriga a explicar-se. Explicar-se, dizer “porque” está mandando, ou porque chegou a mandar, é algo que se torna necessário quando o poder periclitado. Comumente, os fatores que o fazem periclitado, as ameaças que a seu ver vêm “disputá-lo”, trazem alegações, e razão puxa razão. É assim que o poder, através dos contextos culturais, se deixa penetrar pelo ponto de vista intelectual — que por sua vez descobre nêlo (poder) o lado ético.

Evidentemente, estamos generalizando muito; não quer dizer que sempre foi assim. Estamos tentando reconhecer significados. Talvez não haja amparos positivos para ir a distâncias tão remotas na busca das relações entre poder e pensar.

Mas enfim, se a atitude intelectual nasce (e vive) como explicação de efetividades, ela por sua vez consegue tirar de si mesma a capacidade de criticar efetividades, — do mesmo modo que a inteligência, sentindo-se estranha ao poder, faz-se ética, mas depois pode também aliar-se eticamente ao poder, ou melhor: refazer sua própria atitude.

Ora sucede que, depois de certo tempo, o mundo passou a viver de justificações. As justificações se tornam sempre mais comuns, e até se acotovelam, e são tantas e tão frequentes que vão ficando imperceptíveis. No começo é que devem ter sido dignas de nota, e valiosas.

No plano da vida política, as formas post-absolutistas ou post-monárquicas surgiram junto com suas próprias justificações, e delas ficaram tirando seu sustento. A justificação, tanto de situações assentes quanto de mudanças e rebeldias, envolve habitualmente a invocação ou elaboração de *princípios*, que pedem trabalho intelectual em plano específico. A justificação se desenvolve em dimensão distinta da do poder, embora as “circunstâncias” em que se desenvolve possam misturar-se às que cercam o poder.

Em parte, pode dizer-se que as ciências sociais nasceram, na cultura ocidental em fase dita contemporânea, em relação com debates sobre formas de organização social, onde justificações e discussões de justificações se entrelaçavam. Não é atoa que o pensamento ocidental iria desembocar na questão dos valores e na tendência a concentrar a filosofia numa estimativa.

O crescimento da discussão nos dá a medida da “intelectualização” da cultura contemporânea. Correlativamente, parece ter havido uma multiplicação de intelectuais.

Poderia dizer-se que a “amenização” de costumes, qualificada em todos os campos como civilização, progresso, etc., significa entre outras coisas um aumento da necessidade de justificação. “Justificam-se” as normas que se impõem à sociedade; as decisões do governo; as atitudes privadas; as coisinhas da moda. Dizem os sociólogos que a sociedade burguesa deu à luz estratificação social um sentido mais “móvel” que a feudal. Pois essa mobilidade tem que ver com a necessidade de

explicação, que penetra permanentemente as relações sociais e dá emprego constante ao verbo dentro da convivência.

* * *

Há agora um outro ponto. A “atitude” intelectual, mesmo não sendo vista como apenas contemplativa, distingue-se por sua menor dose de ação sobre o real; e, confrontada com o exercício do poder ou da “fôrça”, aparece como algo formalmente mais “fraco”. Isso se relaciona com a impressão, que se pode hipoteticamente ter, da menor “masculinidade” do trabalho intelectual.

Em muitos povos primitivos, a divisão do trabalho implicava para os homens a luta — guerra ou caça — e para as mulheres os trabalhos “caseiros”, trabalhos onde se incluíam justamente coisas possivelmente ou virtualmente “artísticas”. Por outro lado, o masculino é em geral o poderoso, o feminino é o dependente, e vimos acima quanto a posição do intelectual tem tido de *dependência* em relação ao poder e ao domínio. Não vamos adotar aqui a concepção de BACHOFÊN, que via na história da humanidade ciclos másculos e ciclos femininos, considerando feminísticos movimentos como o jusnaturalismo e o socialismo. Seria de sugerir-se, entretanto, que a impressão de menor masculinidade das tarefas do espírito — muitos pais têm obstado intelectualices dos filhos sob essa alegação — aquela impressão vem de um preconceito bastante antigo.

De qualquer modo, o poder é um atributo assimilável à “potência” sexual, coisa masculina, ao menos convencionalmente. A luta pela “emancipação” das mulheres, perante o poder marital, se liga ao sentimento de subordinação que as “oprime” (ver a propósito VIOLA KLEIN, *O caráter feminino*, capítulo, XI). Don Juan, que virou símbolo e mito a partir da despreziosa peça de Tirso, é o homem que exerce um tipo de poder, e SHAW, em *Homem e Superhomem*, transformou-o de Juan Tenório em John Tanner, personagem nietzscheaneamente adepto da vontade de poder e de um poder não mais apenas ligado às relações com o sexo oposto.

Enfim, há em tudo isso muitos equívocos.

IV

Passemos às relações entre o político e o intelectual. Elas nem sempre são “as melhores possíveis”.

Em primeiro lugar, as atitudes do político a respeito do intelectual.

Podemos distinguir, desde logo, a alternativa entre o desprezo e a estima. No primeiro caso, o político tem pelo intelectual aquele desdém por assim dizer *a priori* que tem um povo tido por superior diante das raças “coloniais”. Às vezes, o desprezo carrega uma certa irritação pelo atrapalho que o intelectual traz às coisas ditas práticas. Ao intelectual, entretanto, não é fácil retribuir essa atitude senão caindo num idealismo ético meio vago. Se o intelectual tem algum ressentimento, pode parecer-lhe que a desestima do político encarna o julgamento (“ignaro”) do próprio grupo social. Certos políticos — como acontece em geral com outros tipos de detentores do poder social — chegam a “ignorar” completamente não só o possível mérito dos chamados intelectuais, como até sua existência.

A estima da parte do político para com o intelectual (está claro que aqui se trata das relações entre tipo e tipo, excluindo-se o caso de amizades ou inimizades *pessoais*) se confunde frequentemente com a *condescendência*. Em princípio, é estranha para o político a essência do *métier* intelectual: o apêgo a valores ideais, o ascetismo do estudo ou da arte. Às vezes ele se refere ao “saber” do sabedor profissional com respeito, e manifesta admiração por um tipo de ocupação diverso do das suas; o que não o impede de, na hora de opinar sobre isso ou aquilo, fazê-lo sem ouvir aquêle saber. No fundo, muitos políticos vêm saber do intelectual uma espécie de abstratismo sem utilidade concreta, e no poder verbal do letrado um ornamento ou mesmo uma lengalenga. Para a decisão, prefere o seu verbo, de efeitos práticos e efetivos.

Isso define o equívoco no caso do político parlamentar, que banca o intelectual em seus discursos mas atua *en politique* nos bastidores. A cultura pessoal do político, se como cultura tende a crescer pelo lado teórico, se acha condicionada pela necessidade de servir a cada passo a uma solicitação prática.

O político desenvolve, na proporção de seus dotes mentais e de seu tirocínio, um estoque de opiniões de que lança mão conforme as ocasiões. São opiniões ligadas, de ordinário, às posições que acompanha, e quase sempre formalmente generalizantes. Isto aliás é próprio também, hoje, de certos jornalistas — sempre impressionantemente bem informados — e de certos homens de empresa, todos afetados pela standardização vigente e pelas rotulações tipo *public relationship*. São opiniões como “todo alemão é bélico”, “a segunda guerra foi o teste da grande imprensa”, “o Brasil precisa nivelar a autoridade e o desenvolvimento”. Muitas vezes não são opiniões, são frases armazenadas e empalhadas.

A excessiva *ocupação* provavelmente ao político “militante” de praticar a preocupação e a *reflexão*. Algumas vezes acontece, mesmo, que ele não “pode” estar revisando concepções, pois tem de manter-se fiel a uma linha de chefias partidárias.

Ao *intelectual*, entretanto, a reflexão compete precisamente como missão, e ele, na proporção de sua autenticidade, é um crítico de opiniões das que comparte inclusive. Deixando a reflexão e o reexame, o intelectual, ocupando-se de outras coisas, vira burocrata, e potencialmente político.

Outra atitude do político com referência ao intelectual é a do aproveitamento. No caso, ele não estima verdadeiramente o trabalho intelectual em si, nem o desdenha propriamente: encara-o como coisa que pode ser utilizada. O intelectual lhe aparece (um tanto ao modo dos “escritas” de outras eras) como gente a que se dão “incumbências”, a que inclusive se encomendam trabalhos em tempo de comemorações. Ou então o poder dá uma “oportunidade” ao labor artístico ou científico, patrocina-o, estimula-o. A ascendência social do poder explica o fato. O poder, por definição, é que dispõe das coisas.

Nesse prisma, o homem da política está olhando as obras ditas do espírito como *meios*, cujos fins são os que ele, político, visa ou personifica. A diferença de perspectiva está em que, para o intelectual, os elementos da vida científica ou literária são fins, ou então são meios mas referidos a fins que ele próprio define, não outrem. Conflito latente.

Por outro lado, que pensa do político o intelectual?

Há também várias atitudes. Desde logo, a atitude *servil*, que aliás corresponde ao ponto de vista de certos políticos sobre como devem ser as relações entre ambos. Nessa atitude, o intelectual se faz membro do *entourage* do chefe político, venera-o, põe suas aptidões a seu serviço, faz-se aulico. Assim como em certos regimes dão-se condições para uma certa classe que um ilustre sociólogo chamou de “intelectuários”, também em outros regimes, às vezes vindos daqueles, cabe lugar para “intelectuáulicos”, muito entusiasmados com os mandantes.

A atitude áulica, porém, nem sempre se acha condicionada, no plano subjetivo, pela adesão sincera à liderança do político. Há ocasiões em que essa atitude é *oportunista*: representa um mimetismo, uma adaptação, da parte de intelectuais que são de esquerda hoje e de direita amanhã para acompanhar mutações, e para não “cair”, apenas. Geralmente se ouve dizer que isso é inautêntico, que o intelectual legítimo não se vende às pressões etc. Muitos, porém, dos que dizem isso, fazem-no a seu modo.

Outra posição, da parte do intelectual, é a posição *crítica*. A crítica não tem que ser sempre contrária; tem que ser independente. Esta posição — o leitor já advinhou que vamos considerá-la a correta — pode portanto ser tanto favorável quanto desfavorável, devendo isso depender do político, ou melhor, do ajustamento dêste aos valores que o intelectual tem para critérios de apreciações. Aqui, o intelectual está livre para elogiar ou condenar; encara o político como um personagem com papel próprio, provido de *chances* de atuação e passível de julgamento pelo modo como usa essas chances. Sua admiração ou sua desestima por um político vai cingir-se à compreensão do bom ou mau uso dessas chances.

A que título, contudo, e por qual preço, pode o intelectual obter e manter essa atitude independente? Se êle tiver bases econômicas próprias, se fôr rico, talvez possa sustentá-la (falo da sociedade capitalista); se não, vai lutar com dificuldades objetivas, e vai, no sentido subjetivo, encher-se de ressentimentos e de tentações. A *independência do intelectual* é um ideal que os próprios intelectuais estabeleceram; ela não pode ser entendida como uma intocabilidade, como um ascetismo, pois,

como já vimos, nem sempre a companhia do poder é deletéria para a cultura. O intelectual deve ser independente na medida em que o pede o seu papel de *crítico* (que “deve” ser exercido em qualquer regime), e sua atitude para com o político não pode ser de permanente ou sistemática desconfiança. Nos fatos, a margem de “prestígio” que corresponde ao intelectual é uma variável histórica; o que se pode adiantar, é que talvez a consecução de um período com tal prestígio dependa dos esforços do intelectual e do seu modo de se impôr.

* * *

Temos tentado, até agora, traçar os perfis separados, e fixar as possíveis relações dando por suposto que se trate de dois tipos representados em pessoas diferentes. Temos trabalhado sobre figurações típicas, isto é, sobre o apanhado das características da vida intelectual e da vida política, mas sabe-se que na realidade humana os tipos não se dão em pureza absoluta, senão excepcionalmente. O político raras vezes é exclusivamente político, o intelectual por sua vez nem sempre é puramente intelectual.

Porisso mesmo é fácil constatar que ocorrem casos onde as duas condições se juntam, ao menos aparentemente. Há também casos em que as perspectivas se trocam: por exemplo, se ambos respondem a respeito de valores políticos, talvez tenhamos o político falando como intelectual, e o intelectual como político.

Antes de prosseguir, devemos anotar que é engano supôr o intelectual como sendo sempre e por definição “apolítico”, ou ainda neutro em política. Vimos que semelhante apoliticidade, em qualquer pessoa minimamente culta, é coisa difícil, e que um intelectual de amplas vistas não poderia ser desinteressado em problemas políticos. Foi apenas por metodologia que ORTEGA, ao início de seu ardente artigo sobre Mirabeau, declarou-se a si próprio o oposto do político. O que êle pode, é não ser um político militante, partidário, atuante; na verdade, se êle fôsse um político atuante, dificilmente manteria sua condição de intelectual, ou então iria reduzi-la muito. Também, é claro, não é para se pensar que o político seja sempre e ne-

cessariamente estranho à vida intelectual. Se mantivermos os tipos caracterizados com relêvo total, teremos o político e o intelectual como irreductíveis — e é isso o que vimos fazendo —, o político vive as suas lides e intelectual as suas.

Conceder que o político pode ter interesses intelectuais é constatar coisa patente; do mesmo modo, que o intelectual pode ter atitudes políticas. O problema vem quando acentuamos a necessidade de captar o cunho peculiar das duas formas de vida: o político integralmente político e o intelectual totalmente intelectual. Poderá uma mesma pessoa ser duas coisas?

Vejamos. Há muitos e muitos exemplos históricos, incluindo o arquexemplar Platão. Não faltam nomes de escritores que foram mandatários e líderes parlamentares (Burke, Guizot); no Brasil os casos são muitos conhecidos, no império como na república.

Os casos em que o político, permanecendo inteiramente político, tenta levar seu interesse pelas letras ou pela ciência a ponto de querer aparecer como intelectual são muitos, mas em geral êle tem de ficar retido no nível do diletantismo. Se, por outro lado, o intelectual quer bancar o político, e ir além da “manifestação política” dada intelectualmente, então êle compromete sua posição, e êsse compromisso pode ser um engajamento autêntico (se êle se põe num movimento político por adesão e participação), ou pode ser um simulacro, uma tentativa, uma cavação ou um engano.

Cada grande época comporta um modelo “ideal” de político (o grande político a que a admiração põe o nome de “estadista”); do mesmo modo, variam com os tempos os padrões ideais do intelectual. Para cada grande modelo ideal de político, sempre há um intelectual que traga o elogio: Xenofonte para Ciro, Baltazar Gracián para Don Fernando (a quem descreveu em “El Político”), e assim por diante.

Um político não pode ser integralmente um intelectual (Woodrow Wilson abandonou sua brilhante carreira universitária pela política, igualmente brilhante); correlativamente, o intelectual autêntico não pode “fazer-se” político. Nos casos, que constam, de acumulação dos dois papeis, um é sempre secundário: ou se trata de políticos em que a cultura vem como ornamento, ou de intelectuais em quem a experiência política ocorre como...

experiência. O velho político que se sai com um romance não é bem um intelectual — ou então, diz-se, é “também” um intelectual. Em muitas figuras, as duas coisas parecem equilibrar-se, mas na verdade, ou elas entram para a história numa qualidade ou noutra. César foi escritor “além” de político; Lamartine foi político, mas “principalmente” literato.

Ao político, como ficou dito, estão dadas faixas de atuação e chances de influência, cuja utilização plena pede vocação específica. Ao intelectual está dado o mister crítico, a tarefa (históricamente cada vez mais grave) de apreciar e criticar; o intelectual descobre a alienação — ou as alienações —, que o político, “enquanto político”, não poderia descobrir. O intelectual, se se tem em vista a sua necessidade de saber e o seu labor crítico como aplicação de forças específicas, se apresenta como homem do trabalho. Ou, ao menos, como aquêle cujo papel, através da história, tem sido crescentemente aumentado, e aumentado em soma de trabalho. O trabalho intelectual se amplia e se complica na medida em que a história vai amadurecendo os problemas (que às vezes azedam) e acumulando desafios para a crítica.

Não quer dizer que para o político não se dê coisa parecida: êle também tem o seu papel afetado pelo aumento das complicações.

Seria um bom assunto estudar o aspecto que tomam, nos países na situação do Brasil, êsses crescimentos de complexidades, no trabalho do intelectual e na missão do político. No momento, porém, é realmente outro assunto.